

Inusitado: Cruesp rejeita sua própria proposta!

Negociação da campanha salarial continua em 5/11

Em junho passado, o Cruesp propôs (Comunicado nº 3, de 6/6/07) que dos repasses às universidades que correspondessem à arrecadação do ICMS acima de R\$ 43,62 bilhões, 75% seriam destinados para a parte fixa do reajuste salarial; 5%, para políticas de permanência estudantil; e 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão. Essa proposta fora apresentada em substituição à reivindicação do Fórum das Seis, que se baseava em um excedente do ICMS acima de R\$ 43,25 bilhões, com divisões de 88% para parcela fixa, 2% para permanência estudantil e 10% para custeio.

Cabe lembrar a parte da reivindicação do Fórum das Seis de parcela fixa:

1. Para os docentes, conforme a tabela a seguir:

Regime de Trabalho	Parcela Fixa (em R\$)
RTP	200/5,7691 = 34,67
RTC	200/2,2727 = 88,00
RDIDP	200,00

2. Para os funcionários técnico-administrativos, incorporação de R\$ 200 para as jornadas integrais e, para as outras jornadas, parcela fixa correspondente à razão entre a jornada em questão e a jornada integral.

Essa proposta do Fórum de parcela fixa incorporada aos



Os reitores durante negociação com o Fórum das Seis em 31/10

salários tem como objetivo reduzir as desigualdades salariais nas universidades estaduais.

Dado o expressivo crescimento do ICMS, a parcela fixa como apresentada pelo Fórum poderia ser executada mesmo com o limiar indicado pelo Cruesp. Entretanto, surpresa: o Cruesp não aceitava mais sua própria proposta, retirou-a e apresentou, em seu lugar, um reajuste de 1,5%!

Para rejeitar sua própria proposta, o Cruesp alegou que os organismos internos das universidades afirmavam que uma parcela fixa nos salários, igual para todos, desestruturaria as carreiras, que têm como base degraus salariais de 5%. Tal argumento foi rebatido em matéria publicada no *Informativo AduSP* 245 de 1/10/07 (vide www.adusp.org.br). O Cruesp também afirmou que o conte-

údo do Comunicado 3 estava condicionado ao item 3 do Comunicado 2 (“realizar em outubro de 2007 reunião entre o Cruesp e o Fórum para avaliar o comportamento da arrecadação do ICMS e a possibilidade de implementar o novo modelo à luz das discussões sobre a carreira.”), não sendo, como parece, um detalhamento dele. O Fórum, indignado, discordou dessa releitura. Estranhamente, no fechamento desta edição, constatamos que os comunicados de 2007 do Cruesp não apareciam em “comunicados” da página eletrônica www.usp.br/cruesp. Para que cada um possa tomar conhecimento, aqueles comunicados foram reproduzidos na página eletrônica da AduSP.

O impacto financeiro dessa nova proposta do Cruesp seria de cerca de R\$ 19 milhões até

o final do ano, muito inferior ao aumento estimado dos orçamentos das universidades, da ordem de R\$ 190 milhões.

Revolta

A retirada por parte do Cruesp de sua própria proposta, e a indicação de 1,5% de reajuste, causaram uma revolta generalizada entre os participantes do ato em frente à Reitoria da Unicamp, que subiram até a sala do Conselho Universitário, onde ocorreria a reunião.

Restabelecida a negociação, o Fórum das Seis argumentou que as maiores alterações nas carreiras ocorreriam nos degraus iniciais, que passariam para cerca de 4%, em vez de 5%, e essa diferença não alteraria em nada a estrutura das carreiras. Entretanto, o Cruesp foi irredutível, embora reco-

necessem que as carreiras poderiam e deveriam ser revistas.

Após uma pequena interrupção da reunião, para que as partes discutissem a situação inédita que fora criada, o Fórum deliberou propor uma maneira de respeitar o impacto financeiro da proposta do comunicado 3 do Cruesp, driblar as “pedras” burocráticas colocadas no caminho e manter o reajuste fixo. Após a interrupção da reunião, o Fórum propôs que os reitores estudassem a reformulação das carreiras de forma a incorporar uma parte fixa até janeiro de 2008, reduzindo as desigualdades; até lá, seriam pagos abonos com base nas limitações orçamentárias contidas no comunicado 3; em janeiro, após a redefinição das carreiras, a parte fixa seria incorporada aos salários (consulte detalhes da proposta em www.adusp.org.br/noticias/expresso/boletim_114/index.html).

Apesar de ser uma proposta perfeitamente viável, estar de acordo com o conteúdo orçamentário do Comunicado 3, não desobedecer os organismos internos, o Cruesp nada decidiu. Assim, foi marcada a continuidade da reunião de negociação para 5/11, 2ª feira, às 14h30, na Reitoria da Unicamp. Vamos ver se há disposição efetiva para negociar.

Assembléia Geral

Dia 7/11, às 17h, em local a ser anunciado

Pauta: Análise da reunião com o Cruesp

Gatilho: reunião de esclarecimentos

Dia 6/11, às 17h, no Aud. Abraão de Moraes (IF)

Para todos os docentes interessados

Marcha reuniu 20 mil em Brasília

Mais de 20 mil pessoas participaram da Marcha Nacional em Defesa dos Direitos, realizada em Brasília em 24/10. Os manifestantes se reuniram em frente ao Ministério da Previdência Social para protestar contra as reformas propostas pelo governo federal (como a da Previdência, a Sindical e a Universitária) que, na opinião dos militantes das 200 entidades organizadoras do evento, vão retirar mais direitos dos trabalhadores brasileiros. A Adusp apoiou a realização da Marcha e colocou

um ônibus à disposição dos docentes interessados.

“O governo federal quer mexer na Previdência Pública porque esse é o único setor que ainda não foi entregue à iniciativa privada. E há muitos recursos nesse setor”, afirmou Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN. A reforma realizada anteriormente pelo governo prometia ampliar os benefícios para os 50 milhões de brasileiros excluídos da Previdência Social. No entanto, denuncia Rizzo, “o resultado é que, hoje, o número de excluídos

aumentou”.

Segundo José Maria de Almeida, da Conlutas, a Marcha cumpriu importante decisão do Encontro Nacional realizado em São Paulo no dia 25/3. “Não aceitaremos a reforma que o Fórum Nacional da Previdência Social elaborou. Se o governo enviar essa proposta ao Congresso, organizaremos uma greve nacional no primeiro semestre de 2008, pois os trabalhadores brasileiros não aceitam essa reforma”, declarou.



Marcha de Brasília: em defesa de direitos e contra reformas

Andes-SN

Reestruturação e expansão das universidades públicas sem financiamento?

A comunidade universitária deve lembrar-se do alarde em jornais de grande circulação que, em 2001, animou a sociedade paulista com a notícia de que, a partir de então, haveria 64 mil novas vagas na Educação Superior no Estado de São Paulo. O que os jornais não noticiaram era **como** esta expansão se daria: por meio de cursos seqüenciais, com certificações intermediárias, ocupando, inclusive, salas de escolas de Educação Básica que estivessem vagas, nos vários municípios, em particular no período da tarde.

Qualquer semelhança com movimentações atuais, nos níveis estadual (dobrar o número de Fatecs, quando as atuais, já “expandidas” ainda não contam com condições de funcionamento) e federal (Programa Reuni), não parece ser mera coincidência. As características comuns são evidentes: reestruturação e ampla expansão da Educação Superior pública, mas sem que lhe sejam destinados os recursos correspondentes.

A expansão é necessária, quando se tem em conta que no ano passado, no Brasil como um todo, apenas cerca de 20% dos ingressos na Educação Superior se deram em instituições públicas; e que, no Estado de São Paulo, a proporção não chega à metade destes. Entretanto, que papel a Educação Superior exerce no contexto nacional, na atualidade? Que tipo de formação o país necessita, que tipo de formação fará diferença para os ingressantes de hoje, projetando-a para sua atuação profissional daqui a 10 anos? Por que razão temos doutores desempregados, quando, na mesma cidade, aparentemente é necessário estar inscrito em uma faculdade para exercer a função de caixa de supermercado?

As respostas a tais questões, evidentemente, nos remetem à supremacia do setor privado na Educação Superior e de seus interesses imediatistas que não têm paralelo no resto do mundo quanto a sua abrangência.

Acenos do Reuni

O que o país de fato precisa, e a que seus jovens têm direito, são vagas em instituições públicas que primem pela qualidade da Educação Superior. Os últimos movimentos de quem deveria traçar planos para garantir a efetivação deste tipo de demanda vão na direção contrária.

O Reuni, instituído pelo Decreto Federal nº 6.096/07, complementado pelas “Diretrizes” elaboradas por um comitê de 13 acadêmicos em agosto, acena com verbas “limitadas a 20%”, daquelas disponibilizadas no ano da adesão, para exigir a ampliação das matrículas em mais de 70% para a grande maioria das 54 universidades federais, ao cabo de cinco anos. Analisando-se o Decreto, verifica-se que estes poucos recursos não estão garantidos, pois, tratando-se de promessa em valores nominais, a ser resgatada após cinco anos, tal montante pode, simplesmente, ser “comido” pela inflação.

Algumas universidades mais antigas, com pós-graduação, em nível de douto-

rado, com conceitos Capes elevados, poderão apresentar índices inferiores a 60% de expansão. Elas situam-se nas regiões sul e sudeste e foram selecionadas como “centros de excelência”. Mesmo universidades tradicionais em pesquisa, como as de Santa Maria, a Federal Fluminense e todas as das regiões Nordeste e Norte, não foram contempladas por um “desconto”. Este “desconto” foi construído pela comissão das “Diretrizes” como uma redução no número de professores exigidos por uma das metas e foi limitado a 5% para quase todas as universidades.

Metas inatingíveis

O Reuni pretende atingir expansões impondo às universidades federais 2 metas incompatíveis com a qualidade da educação, pautada pelo tripé ensino-pesquisa-extensão. Como mostram comparações internacionais, *não sobrarão outra opção*, àquelas universidades não selecionadas como “centros de excelência”, a não ser concentrarem-se fortemente nas atividades de

ensino de graduação, deixando a pesquisa e a extensão de lado. De fato, lembrando que a razão estudante de graduação por professor na USP está entre 8 e 9, como atingir a **meta do Reuni**, de **18/1**, sem superlotar as classes? Se a taxa média de conclusão de cursos de graduação encontra-se, internacionalmente, no patamar de 70%, (e a USP está abaixo disto, assim como as universidades federais), como atingir a fantástica meta do Reuni de **90%**? Com classes cheias e tal propósito, teremos transplantado para as universidades públicas o fenômeno da aprovação automática? As “outras” universidades federais tornar-se-ão mais parecidas com o setor privado, facilitando a atuação deste?

O que leva os reitores de algumas universidades federais e os correspondentes Conselhos Universitários a se submeterem a tais exigências? Será a imensa restrição no financiamento a que estão submetidos e talvez a vaga esperança de que “se dará um jeitinho brasileiro” no fim?

ACÇÃO DO GATILHO

Reitoria apresentará à Adusp nova lista de beneficiários

Em 6/2/06 o juiz recusou o último pedido da USP para embargar a sentença no processo dos gatilhos salariais. Não cabe mais nenhum recurso jurídico por parte da USP. No momento a ação está em fase de execução, o que inclui definir as pessoas que têm direito a ela e os correspondentes valores a receber.

A universidade publicou, no *Diário Oficial* de 17/2/06, a lista de beneficiários da ação que ela entregou ao juiz, juntamente com uma tabela de diferenças salariais devidas. Havia irregularidades flagrantes na listagem e nas contas apresentadas. Em duas oportunidades a Adusp apresentou ao juiz questionamentos sobre tais irregularidades. Em 4/9/07, a Adusp entregou planilhas

Cuidado para não tumultuar o processo!

Temos tido notícias de advogados que estão rondando a Ação do Gatilho para oferecer serviços de agilização do processo, para docentes que são beneficiários da sentença ganha pela Adusp. Obviamente, os préstimos não são gratuitos. Colegas que porventura cedam a este tipo de abordagem poderão não ter sucesso e ainda trazer um grande prejuízo para eles próprios e para os demais colegas, nesta fase de execução do processo.

Esta ação foi movida pela Adusp por substituição processual, conforme previsto no artigo 5º, XXI da Constituição Federal. Portanto, apenas a Adusp tem legitimidade ativa para fazer executar a respectiva sentença. Apesar da inviabilidade legal destas tentativas pessoais de individualizar os casos, elas são submetidas ao juiz. Este passará a ocupar-se de pedir manifestação de nossos advogados para posteriormente pronunciar-se sobre elas. Assim, tais tentativas indevidas vão tumultuar e atrasar o andamento do processo.

Já temos um caso assim de inventariantes de um beneficiário da ação. Colegas, precisamos estar muito atentos para que o processo não seja prejudicado. Acompanhem atentamente o seu andamento, que está sendo devidamente cuidado pela Adusp e sobre o qual regularmente damos notícias no *Informativo Adusp*.

com sistemática de cálculo dos valores devidos em 1987 e para os atrasados em relação à incorporação de 32,96%, questionando a sistemática da USP.

No momento estamos aguardando uma resposta do

juiz a esta última petição. Paralelamente, temos procurado a Reitoria para encaminhar negociações com o objetivo de apressar a execução da sentença.

Em 31/10, a reitora Suelly Vilela comprometeu-se

a agendar para a próxima semana uma nova reunião entre a Adusp e sua assessoria que, segundo ela, está com uma nova lista de beneficiários praticamente pronta para ser discutida com a Adusp.

No dia 6/11, às 17 horas, no Auditório Abrahão de Moraes (IF), será realizada uma reunião com todos os docentes interessados, tendo como pauta esclarecimentos sobre a ação do Gatilho.

Na Unifesp Guarulhos, greve e protestos contra o Reuni

O campus da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em Guarulhos passa por uma forte movimentação estudantil. No dia 17/10 os alunos entraram em greve e ocuparam dependências do campus.

Na madrugada de 24/10, cercados por um efetivo de 170 soldados da Polícia Militar, os estudantes abandonaram o prédio pacificamente, mas mantiveram a greve.

A principal reivindicação é que seja revogada a adesão da Unifesp ao programa Reuni (vide p. 2).

Segundo o MEC, as universidades que aderirem ao programa dividirão entre si R\$ 2 bilhões em investimentos, parcelados entre 2008 e 2011, além de acréscimo, até 2012, também de R\$ 2 bilhões nas verbas anuais para custeio e folha de pagamento.

Segundo uma representante

dos estudantes, eles se opõem ao projeto porque “a consequência dessa nova verba é o sucateamento da universidade, é sala de aula lotada”; “a gente quer a expansão de vagas, mas precisa ser com qualidade”. Outra crítica é que a taxa de conclusão de 90%, uma das metas do programa, equivaleria “quase a uma aprovação automática”. Os estudantes reclamam também da ausência de debate. Para eles, “a aprovação do Reuni foi enfiada goela abaixo da universidade”.

Outra reivindicação da greve é por melhorias nas políticas de assistência estudantil, como ampliação do acervo da biblioteca, a criação de um restaurante universitário e de um local para moradia estudantil, hoje inexistentes no campus.

Indignação

A rapidez com que os es-

tudantes decidiram pela ocupação e pela greve, iniciadas quase imediatamente após a aprovação do Reuni no conselho universitário (Consu), foi provocada pela indignação com agressões cometidas por seguranças da Unifesp, no mesmo dia, no prédio da Reitoria, em São Paulo.

Cairo Mendes Sobrinho, coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Unifesp, afirma que os diretores do DCE “foram favoráveis à ocupação e contra a ação da polícia”.

Mendes Sobrinho destaca que “a criação de novos *campi* não previu a construção de restaurantes universitários”, e as “bibliotecas estão muito aquém do necessário”.

O professor Vilmon de Freitas, presidente da Associação dos Docentes da Unifesp, concorda com os estudantes

sobre a falta de debates sobre o Reuni: “Teve pouco diálogo, foi uma coisa de cima pra baixo”, afirmou. O Consu, acrescenta o professor Freitas, “tem 70% de cadeiras cativas, e não representa o conjunto dos docentes”.

O reitor da Unifesp, professor Ulysses Fagundes Neto, não respondeu aos pedidos de entrevista encaminhados pelo *Informativo Adusp*.

O professor Francisco Miraglia visitou o campus de Guarulhos em 21/10, como representante da Adusp e do Fórum da Seis, e solicitou que se fizesse “essencialmente o contrário do que foi feito, ou seja, a abertura imediata de negociações, ao invés da ação policial”.

O deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP), que acompanhava a ocupação, também repudiou a ação policial: “É

inaceitável que o Estado use a força da polícia para reprimir estudantes.”.

No Brasil

Segundo nota do MEC, além da Unifesp outras 34 universidades federais, de um total de 54, aprovaram a adesão ao Reuni até 29/10, prazo estipulado para que as instituições interessadas em receber recursos do projeto já no primeiro semestre de 2008 apresentassem seus projetos de reestruturação. As 19 universidades federais restantes ainda poderão aderir ao programa, nas próximas etapas.

Em pelo menos 14 universidades houve protestos do movimento estudantil contra a adesão ao programa. Estudantes mantinham ocupadas, até o fechamento desta edição, as reitorias ou outros prédios de oito universidades federais.

Autoritarismo explícito: eleição de representantes de associados e doutores no CO dura 30 minutos!

Uma nova demonstração do desrespeito da USP ao mais elementar dos direitos dos docentes (o de votar e ser votado na composição dos colegiados) ocorreu no recente processo de eleição dos representantes das categorias de professor doutor e professor associado no Conselho Universitário (CO).

Essas categorias têm direito a eleger, cada uma, um só representante como membro do CO. Os representantes são eleitos por delegados das unidades. Assim, a eleição dos representantes é precedida pela eleição dos delegados.

A eleição dos delegados ocorreu no dia 18/10. Se, nos anos anteriores, esta eleição durou um dia inteiro, desta vez as urnas ficaram abertas por apenas duas horas! Na eleição dos representantes, em 25/10, os candidatos tiveram apenas quinze minutos para inscrever-se, e meia hora para votar: entre 10h30 e 11h00 para os associados e entre 14h30 e 15h00 para os doutores.

A Adusp, sabedora do formato antidemocrático do processo eleitoral, tentou criar condições para que os delegados pudessem conhecer-se e discutir as candidaturas existentes. Assim, encaminhou um convite a todos, colocando a sede à disposição para uma reunião entre eles. O convite foi enviado pelo correio eletrônico no dia 23/10, para que a reunião tivesse lugar a tempo, no dia 24/10.

Participaram da reunião exclusivamente delegados. Foram cerca de 20 professores, que se apresentaram aos demais. Quem pretendia candidatar-se a representante declarou esta intenção. Três dos delegados, diretores da Adusp, deixaram claro que

não eram candidatos. Depois de uma breve apresentação dos candidatos, marcou-se uma nova reunião, a realizar-se no dia seguinte, imediatamente antes da votação.

Um dos presentes à reunião de 24/10, professor Silvio Melhado (EP), foi eleito representante dos associados, com 30 votos em 44, disputando com outros três candidatos. O professor Pablo Ortellado (EACH), também presente à reunião, elegeu-se representante dos doutores, com 26 votos em 48, à frente de outros três candidatos. Sua suplente é a professora Elizabeth Spinelli de Oliveira (FFCLRP), eleita com 25 votos.

"Rito sumário"

"A sensação é de que o rito da eleição é muito sumário", declarou ao *Informativo Adusp* o professor Melhado. "Fomos levados a trabalhar com a expectativa de uma inscrição em minutos, e de uma votação em minutos", acrescentou.

Para conversar entre si, informalmente, os delegados associados recorreram a um artifício regimental: retiraram-se da sala onde se reunia o colégio eleitoral, provocando falta de quórum, o que obrigou o presidente da mesa a postergar a votação.

"Seria desejável um encontro dos professores para discutir suas prioridades. Um processo de debate, programado, que ocupasse um dia ou pelo menos uma manhã", comentou Melhado, observando que a USP é grande e há dificuldades para que os candidatos "entendam os anseios dos colegas".

É preciso combater o desinteresse e a omissão de uma parte da categoria, sustenta. "Não houve um mínimo de articulação, o que é preocupante". Ele também questiona, como preliminares, a baixa representação dos associados no CO, "restrita a um único professor", e o fato de a eleição ser indireta, em duas fases.

O professor Ortellado, por sua vez, considera o atual processo eleitoral desprovido de caráter democrático: "É completamente insuficiente, ruim. A eleição é indireta. Parece que foi desenhado para que seja pouco participativo".

O mais grave, diz, é a eleição dos delegados em tempo muito curto. "A pessoa que estiver dando aula não pode votar. Não existe justificativa para que essa eleição não dure o dia inteiro", protesta ele. "Na minha unidade, talvez tenham participado apenas 30 professores, de um total de 200".

Composição do CO

O CO é constituído por uma centena de membros, sendo apenas cinco representantes dos docentes. Num colegiado constituído pela absoluta maioria de professores titulares vinculados à administração da universidade, apenas cinco representantes docentes é algo que desrespeita qualquer lógica democrática. Sendo tão poucos e considerando que estão na pauta do CO as discussões da reforma do Estatuto, é preciso que esses representantes tenham efetivo compromisso de discutir com seus representados as posições a serem defendidas e votadas.

Mudança de estatuto

Os documentos elaborados pela comissão do CO encarregada da proposta institucional para a reforma do Estatuto foram recentemente remetidos para discussão nas Congregações. A leitura das propostas indica que não há avanços quanto à democratização das relações de poder na USP, quando não fazem retroceder, como parece ser o caso da estrutura da carreira.

Nas mudanças propostas, o artigo 2, que trata das finalidades da universidade, dá nova redação à extensão, substituindo o texto atual, "estender à sociedade serviços

indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa", pela formulação "estendendo à sociedade serviços relacionados com suas atividades fins", numa clara abertura aos interesses de utilização privada dos recursos materiais e humanos da universidade pública.

No artigo 76, que define as categorias docentes, é reintroduzida a figura do professor adjunto. Por ironia, retroagindo no único item proposto pela comunidade que foi acatado pelo CO na reforma estatutária de 1988, quanto o degrau correspondente ao professor adjunto foi extinto, facilitando o acesso dos professores que fizessem a livre docência aos cargos de titular.

De acordo com a proposta da Comissão, "a obtenção da condição de professor titular poderá se dar por duas vias: avaliação de mérito por provas ou concurso público para provimento de cargo" (artigo 84). No primeiro caso, o candidato deve ser adjunto e há um controle externo às unidades sobre quem pode se inscrever. Assim é que no artigo 86 aparece: "A inscrição para obtenção do nível de professor titular deverá ser apreciada pela congregação da Unidade responsável pelo concurso, com base em relatório circunstanciado favorável, sobre o memorial do candidato, elaborado por comissão externa à unidade, segundo requisitos mínimos previstos no Regimento geral".

Uma mudança de estatuto que promova a democratização da USP só ocorrerá com a participação de professores, funcionários e estudantes. Espera-se que os representantes eleitos somem sua atuação ao conjunto dos docentes e demais setores que lutam pela democratização da nossa universidade.

Prestação de contas da Adusp

Relatório de Tesouraria - 3º trimestre de 2007

Mês	Saldo do Fundo de Reserva ¹	Contribuição Líquida dos Associados ²	Salários e Encargos	Despesas de Comunicação	Despesas Gerais Restantes ³
Julho/07	943.230,73	129.173,11	83.350,19	4.305,77	28.301,21
Agosto/07	944.653,56	128.115,71	81.655,52	7.171,46	29.122,39
Setembro/07	955.974,09	127.929,66	76.964,90	17.496,98 ⁴	22.106,20

Observações:

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembléia Geral.

2) Descontados os repasses ao Andes-SN.

3) Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) + Infra-estrutura + Material permanente + Campanhas.

4) Inclui publicação da Revista Adusp 41.